

HABEAS CORPUS Nº 567.537 - SP (2020/0071523-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ALINE TOYAMA SHIRAKI - SP330200
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IBRAIM CARLOS PAES DE ANDRADE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 30):

HABEAS CORPUS Paciente denunciado como incurso nas sanções do artigo 157, "caput", c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal. Impetração visando o reconhecimento de constrangimento ilegal, com a consequente soltura do acusado - Excesso de prazo na formação da culpa, vez que o paciente se encontra custodiado desde 11 de maio de 2019. Não verificado - Feito cujo prazo de trâmite se revela razoável e proporcional - Constrangimento ilegal inexistente - Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva em 11/5/2019, como incurso no art. 157, *caput* c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Impetrado prévio *writ*, o Tribunal de origem denegou a ordem.

A defesa alega o excesso de prazo para o encerramento da instrução, o que *fere o princípio da proporcionalidade*.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da custódia cautelar, para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do processo.

Na origem, nos autos do Processo 1511399-83.2019.8.26.0228, consta a designação da audiência de instrução para o dia 15/4/2020, consoante informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*, em pesquisa realizada em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se evidente constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção

Superior Tribunal de Justiça

de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, em especial o andamento detalhado da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator